

GEOPOLÍTICA DA CRISE: AS INCERTEZAS E TENDÊNCIAS DE UM MUNDO EM TRANSIÇÃO

FERNANDO MANOEL FONTES DIÉGUES
Vice-Almirante (Ref^a)

SUMÁRIO

Introdução
A crise financeira mundial
Uma nova geografia econômica?
A vertente geopolítica da crise
Conclusão

INTRODUÇÃO

Desde setembro de 2008, as colunas e seções de economia dos jornais têm como assunto dominante, quando não exclusivo, a crise financeira que se alastra pelo mundo. Depois de mais de uma década de crises iniciadas na periferia, desta vez a tormenta teve início no próprio centro nervoso da economia mundial. Embora as implicações políticas dos atentados terroristas de setembro de 2001 nos Estados Unidos não tenham sido desprezíveis, não

creio que tenha ocorrido, neste início do século XXI, um acontecimento com um potencial de mudanças na geopolítica mundial tão significativo como o da atual crise financeira.

Toda crise sinaliza uma ruptura. É comum lembrar-se, evocando-se o ideograma chinês para a palavra, que ela sempre envolve uma ameaça e, também, uma oportunidade. Uma oportunidade derivada dos fatos e circunstâncias que lhe dão vida; capaz de gerar alterações – seja sob o ponto de vista político, militar, econômico ou

social – no cenário estabelecido. A crise é uma incubadora de mudanças.

Seria ingênuo pensar que a atual crise financeira seja um caso à parte, imune às mudanças de cenário que, em maior ou menor escala, praticamente acompanham todas as crises. E não é só nos campos econômico e social, mais diretamente atingidos pela crise, que seus efeitos devem se manifestar – como, aliás, em outras crises no passado. A de 1929, com suas repercussões geopolíticas, abrindo um longo período de turbulência e incerteza, é um exemplo notável dessa diversidade das mudanças.

Por isso mesmo, tem sentido admitir-se que as perturbações provocadas pela atual crise financeira possam, lado a lado, associadas a outras forças e tendências atuantes neste período da história, resultar em alterações no sistema de poder mundial e, por conseguinte, nas relações de poder entre as nações – ou seja, engendrar alterações no jogo geopolítico no espaço mundial, do qual não se pode afastar a possibilidade da ocorrência de novos antagonismos ou conflitos.

De fato, o jogo não mudou no que diz respeito aos interesses e motivações dos jogadores, no que diz respeito à lógica do jogo. O que tende a mudar, com a crise, é o cenário internacional, o ambiente – em seus aspectos políticos, econômicos e, possivelmente, com o tempo, militares – em que as iniciativas geopolíticas se desenvolvem. E, evidentemente, a partir daí, o panorama da segurança internacional.

O objetivo deste ensaio é o de examinar as mudanças passíveis de serem deflagradas – ou, de certa maneira, estimuladas ou confirmadas – pela crise financeira no cenário mundial. Para isso, começo

por uma breve apreciação da natureza da crise, passo a uma revisão do pensamento de diversos especialistas sobre as repercussões da crise no sistema econômico internacional, terminando por destacar suas possíveis implicações geopolíticas no espaço mundial.

A CRISE FINANCEIRA MUNDIAL

Analistas não hesitam em ressaltar a gravidade da crise: a pior desde a Grande Depressão, iniciada em 1929. A economia global estagnou, mergulhada em uma profunda crise de liquidez e de crédito. Importantes entidades financeiras – entre elas o Lehman Brothers – foram à falência; outras sobrevivem às custas do socorro go-

vernamental, materializado em centenas de bilhões de dólares. As grandes montadoras americanas – GM, Ford e Chrysler – quase fecharam as portas. O desemprego aumentou. Nos Estados Uni-

dos, a perda de postos de trabalho em 2008 foi a maior desde 1945. No Brasil, anunciou-se o maior corte de empregos, em dezembro, desde 1992. Ao longo do ano, a vertiginosa queda das bolsas no mundo inteiro ocasionou prejuízos de trilhões de dólares. Várias economias emergentes bateram às portas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Enfim, como diz a articulista Míriam Leitão – embora ressaltando tratar-se ainda, por enquanto, de um prognóstico, e não de um fato: “A palavra ‘depressão’ saiu dos livros de história e voltou ao noticiário econômico”.¹

As perspectivas que se descortinam em relação à crise e seus desdobramentos nada têm de auspicioso ou animador. Nouriel Roubini, economista americano que previu

“A palavra ‘depressão’ saiu dos livros de história e voltou ao noticiário econômico”

a crise em 2006, bem antes de ela eclodir, afirma que o pior ainda está por vir. Os Estados Unidos enfrentarão uma longa e profunda contração, pelo menos até o fim de 2009, com inevitáveis conseqüências nos anos seguintes. A Europa, o Canadá, o Japão e outras economias avançadas não escaparão ao abalo das recessões. O crescimento dos Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) desacelerará. “Assim” – resume Roubini –, “2009 será um ano problemático, de recessão mundial e de novos desgastes, prejuízos e falências no setor financeiro.”²

As perturbações e desajustes na economia – a queda da produção e da renda, do comércio e dos investimentos, o aumento do desemprego – projetam-se no campo social. Bloqueiam as possibilidades de progresso, entravam a redução da pobreza no mundo. Esse aspecto da crise se reflete, por exemplo, nas declarações de dirigentes de organismos internacionais. Segundo o diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn, “a crise vai triplicar os problemas que já haviam sido provocados pela alta nos preços de alimentos e petróleo. A crise financeira acrescenta uma crise às crises que já existiam”.³ O presidente do Banco Mundial (Bird), Robert Zoellick, adverte: “Os países em desenvolvimento correm o risco de ser derrotados em seus esforços para melhorar o nível de vida de sua população”.⁴ Um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dado à luz em outubro, chama a atenção para o fato de que “a crise financeira global vai agravar ainda mais as desigualdades no mundo”.⁵

Não é possível prever quando a borrasca terminará, ou o nível de gravidade que ainda pode alcançar. Algumas opiniões mais apressadas ou tendenciosas atribuem-lhe um sentido cataclísmico. A crise assinalaria o fim do capitalismo e do livre mercado.

É difícil concordar com esse ponto de vista. Afinal de contas, embora se deva re-

conhecer, da comparação com outros desastres econômicos registrados na história, que a crise atual é sobremodo profunda e ampla, esta não é a primeira, e pode não ser a última, do capitalismo moderno.⁶ Nada garante que vivemos seus últimos dias. Mas é muito provável que os caminhos para a superação da crise levem a um capitalismo mais regulamentado, à revisão dos papéis relativos do Estado e do mercado em seu funcionamento. Em outras palavras: ao desgaste das premissas do chamado Consenso de Washington, e à retomada por Keynes do lugar proeminente que, até então, Friedman ocupava na formulação das políticas econômicas no Ocidente.

O certo é que, dependendo do nível de abertura à economia global, de tendências que já se manifestavam antes da crise, das políticas e dos recursos que possam mobilizar, as nações devam experimentar em diferentes graus e, portanto, de maneira desigual o impacto da crise. E, sendo a crise um fenômeno global, seus efeitos devem acarretar alterações – que, em alguns aspectos, já se insinuavam – na participação e, por conseguinte, na influência e no peso relativo das nações na economia mundial.

Passemos em revista, então, à guisa de um balanço, as opiniões de alguns especialistas, economistas e cientistas políticos, sobre essas prováveis alterações, ou seja, sobre o panorama econômico internacional passível de surgir e confirmar-se no rastro da crise.

UMA NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA?

Um dos pontos cruciais abordados pelos especialistas tem como referência o papel ascendente, cada vez mais significativo, representado pelos países emergentes, em particular os Bric, e entre eles a China, na economia mundial e, por conse-

guinte, no desenrolar da crise. Um papel que seria decisivo. Não faltou quem afirmasse que esses países ficariam imunes aos efeitos da crise observados nos países mais adiantados. O prognóstico, contudo, não se confirmou. O foco em um possível “descolamento” não correspondia à realidade. Nem por isso a questão da maneira pela qual a crise poderá afetar os emergentes deixou de ter importância e interesse. No debate, defrontam-se os economistas pessimistas e os otimistas.⁷

Para os céticos ou pessimistas, a projeção dos problemas suscitados pela crise nas economias mais avançadas levaria à estagnação do crescimento dos Bric. Como quaisquer outros países, eles não escaparão aos malefícios econômicos e sociais da crise; e, admitindo-se um cenário mais tenebroso, ao colapso geral de uma depressão. Não caberia distinguir países mais ou menos abalados pela crise. Seria um erro supor que algum deles pudesse sair da crise em situação mais favorável, em posição mais forte e privilegiada do que os demais países.

Os otimistas argumentam, por outro lado, que, mesmo com o avançar da crise, e apesar das turbulências, nada mudou, no fundo, no que diz respeito aos emergentes. Observam que as grandes populações e as elevadas taxas de crescimento dos emergentes, que lhes facultavam reter uma parte cada vez maior do PIB mundial, já sinalizavam o declínio relativo, a longo prazo, do poder econômico das potências econômicas tradicionais. A crise financeira viria acentuar esse processo. Afirmam os otimistas que, quando a crise terminar, os emergentes desfrutarão de uma situação mais vantajosa do que a dos outros países na economia mundial. A crise iria reforçar a importância das economias emergentes no cenário internacional. Como garante um analista, “o mundo terá necessariamente de transitar de um modelo centrado no con-

sumo muito alavancado da economia americana para um modelo de dinamismo gerado por economias com altas taxas de crescimento, como China, Índia e – espera-se – Brasil”.⁸

Um desses economistas, Jim O’Neil, chefe do setor de pesquisa econômica global do Goldman Sachs e criador do termo Bric, afirma que o grupo de países liderará a expansão da economia mundial pelo menos nos próximos três anos. Segundo estudos por ele dirigidos, o crescimento do PIB mundial será de apenas 0,6% em 2009, sustentado pelos Bric. O PIB dos países industrializados sofrerá, no mesmo ano, um declínio de 1,2 %, enquanto o PIB dos Bric, ainda que desacelerado em relação ao período anterior, deverá ter uma alta de 4,7 %.⁹

À luz desses prognósticos, O’Neil observa que os Bric respondem, atualmente, por cerca de 15 %, e poderão responder, em 2010, por 20 % do PIB mundial. Em lugar da previsão de que a ascensão dos Bric iria simplesmente desabar com a recessão global, a perspectiva de que, em 2035, possam – conforme ele previa em um estudo de 2003 – tornar-se coletivamente maiores que os sete países mais ricos do mundo (o G-7) mostrar-se-ia ainda mais plausível.¹⁰

O parecer de um outro economista, Antoine Van Agtmael, criador da expressão “países emergentes” e autor do livro *The emerging marketing century*, praticamente coincide com o pensamento de O’Neil. Para ele, os efeitos da crise fustigam tanto as potências econômicas tradicionais quanto os países do Bric. A situação imediata é de dificuldades e perdas para todos; mas, no pós-crise, “o mundo que surgirá da reorganização dos mercados e instituições será baseado num modelo bem mais favorável às nações emergentes, que definitivamente passarão a compartilhar com os Estados Unidos a capacidade de levar adiante a economia mundial”.¹¹

Com o argumento de que, em dez anos, haverá mais 1 bilhão de novos consumidores nos países emergentes e, em 25 anos, seus mercados suplantarão os mercados dos países desenvolvidos, Agtmael afirma que “os emergentes caminham para se tornar protagonistas de um novo arranjo econômico, em que o centro de consumo não se encontra mais nos Estados Unidos, e sim nas nações em desenvolvimento”. Para ele, a crise atual é um “marco bastante claro” da passagem da “tocha” do século XX para o XXI, o século dos emergentes.¹²

No novo arranjo econômico, os dois gigantes asiáticos, China e Índia, terão papel de destaque – diz Tarun Khanna, professor da Harvard Business School. O crescimento desses países deve desacelerar, embora de forma menos drástica do que no Ocidente; mas, argumenta o professor, sob o ponto de vista estrutural nada mudou na economia asiática desde o início da crise. O século XXI será um século asiático, sem que isso implique afirmar que a China e a Índia suplantarão, necessariamente, outras potências econômicas. Haverá, no entanto, um maior equilíbrio entre diferentes partes do mundo – as Américas, a Europa e a Ásia: “uma democratização da força econômica”, como ele resume esse equilíbrio.¹³

Tarun Khanna também não vê razão para que o Brasil, país que desfruta de uma vantagem natural na agricultura e se destaca em um setor fundamental para o mundo, o do agronegócio, não tenha um papel equivalente ao da China ou ao da Índia. Baseada em vários pólos econômicos, a economia mundial não mais dependerá exclusivamente do motor americano. E conclui: “Ao longo do século XXI, veremos mais e

mais nações participando da economia global – e nela os gigantes asiáticos emergentes certamente terão um lugar de honra.”¹⁴

Para Joseph Nye, professor da Universidade Harvard, a ascensão das economias emergentes é um fato incontestável. Isso não quer dizer, contudo, que estejam presas a substituir a dos Estados Unidos, ou que o sucesso econômico da China anuncie o surgimento de uma nova grande potência. Mesmo que pudesse, apesar da crise, crescer como nos últimos anos, a China não seria capaz de superar o tamanho da economia dos Estados Unidos em duas décadas, nem alcançar a renda *per capita* americana até perto do final do século. No

entanto, observa o professor, “quando se olha o tabuleiro das relações econômicas entre os Estados, o mundo já é multipolar. Os americanos não conseguem alcançar seus objetivos sem barganhar com Europa, Japão, China e ou-

tros. Nesse campo, as mudanças nos últimos tempos têm sido notáveis, com o surgimento de novos atores”.¹⁵

As opiniões acima resumidas derivam do exame de dados e tendências da conjuntura atual, matizada pela crise. Opiniões que não deixam de estar sujeitas aos imprevistos tão comuns na história, muitas vezes responsáveis pelo fracasso de previsões consideradas, até se revelarem equivocadas... incontestáveis. Só o tempo dirá quem tem razão – ou mais se aproxima de ter razão: os “pessimistas” ou os “otimistas”. Ou, ainda, se a discrepância entre os pontos de vista por eles defendidos não seria apenas resultante do exame de uma mesma situação por diferentes ângulos de observação. A crise não poupará nenhum

A crise atual é um “marco bastante claro” da passagem da “tocha” do século XX para o XXI, o século dos emergentes

país de seus efeitos desagregadores, é certo; mas isso não implica a conclusão de que alguns não possam sair da crise em uma situação econômica mais favorável, ou que ela não possa vir a acelerar o processo de ascensão dos emergentes.

De qualquer modo, tais opiniões não inibem – até pelo contrário, propiciam – a visão de um quadro cujas linhas mais salientes exibem um razoável grau de confiabilidade. Entre elas, a que representa o despontar, estimulado pela crise, de um panorama da economia mundial, no qual, embora as potências econômicas tradicionais permaneçam exercendo forte influência, as economias até então em ascensão, em particular a China, terão um peso relativo cada vez mais expressivo. Pode-se esperar – é uma das lições que a história nos transmite – que a configuração do poder econômico nesse novo panorama se traduza em uma nova distribuição de poder político no espaço mundial.

A VERTENTE GEOPOLÍTICA DA CRISE

A crise financeira não sinaliza o fim do poder americano, mas enfraquecerá a influência e o prestígio políticos dos Estados Unidos no mundo. Esse é o ponto de vista exposto por diversos autores. Henry Kissinger, por exemplo, argumenta que “os EUA continuarão sendo o país mais poderoso, mas não vão manter a posição de autoproclamado tutor do mundo”. Eles terão de admitir e assimilar os limites da

hegemonia e reconhecer que o “G-8 precisa de um novo papel para abarcar a China, a Índia, o Brasil e, talvez, a África do Sul”.¹⁶

O pensamento de Paul Kennedy, historiador, professor da Universidade Yale, confunde-se com o de Kissinger. A crise não representa o fim do império americano. Ela é apenas “um estágio relativo à quebra da hegemonia americana”. Kennedy acredita que nenhum outro país vá ocupar a posição de potência hegemônica no mundo, mas os Estados Unidos dividirão o poder “com a Rússia refeita, a Índia em crescimento, a China e a União Européia”. Identifica “pelo menos cinco grandes

jogadores e outros de tamanho médio, como o Brasil e o Japão”. Para ele, “a questão não é quem será o próximo ‘número 1’, mas quais os problemas que vamos enfrentar quando esses cinco jogadores estiverem à mesa. Estaremos de volta ao sistema do século XIX e não ao da Pax Americana”.¹⁷

Se os jogadores ainda não estão à mesa, estão prestes a

se sentarem em torno dela. Antes da crise, áreas cada vez maiores do poder global vinham sendo exploradas pelos emergentes. Essa tendência, com raízes bem fincadas e profundas na evolução da economia mundial, pode momentaneamente atenuar-se, mas não deve dissipar-se com a crise. As forças que, com os avanços da tecnologia, das comunicações e dos transportes, há pelo menos 30 anos se propagam pelo mundo e impulsionam a economia são parte de seu desenvolvimento estrutural. Nada indica que desaparecerão. Seus efeitos não devem evaporar-se com a crise. Seria temerário presumir que, na sequência da crise,

Estaremos de volta ao sistema do século XIX e não ao da Pax Americana



A transferência de parcelas do poder das potências tradicionais para os emergentes, em particular os Bric, parece ser um fato incontestável

o mundo volte a ostentar uma configuração do poder global exclusivamente dominado pelas potências tradicionais. A transferência de parcelas do poder dessas potências para os emergentes, em particular os Bric, parece ser um fato incontestável.

Como argumenta o cientista político Fareed Zakaria, editor da revista *Newsweek*: “Alguns países, conhecidos como emergentes, ganharam e ganharão ainda mais poder e capacidade de atuação autônoma e também de fazer alianças, sem que os Estados Unidos tenham controle sobre essas ações”. Em seguida acrescenta: “Washington provavelmente continuará por um bom tempo a ser o principal centro de poder no mundo, mas a diferença é que esse poder não será como antes, será compartilhado com essas nações, de diferentes partes do mundo”.¹⁸

Tais enfoques nos levam a iluminar alguns aspectos desse novo panorama. Não é muito provável que sua consolidação vá processar-se sem tensões ou disputas de maior ou menor gravidade. Um mundo em transição é sempre uma fonte de incertezas e dilemas, onde os velhos projetos se degradam, enquanto os novos ainda não se fixaram. Tende a revelar-se inseguro e instável, principalmente em uma época em que a interdependência política e econômica entre as nações se acentua.

Um dos possíveis incentivos à instabilidade deriva de políticas locais opostas às exigências de uma economia globalizada. A crise financeira tende a fomentar políticas exclusivistas. Predispõe governos à adoção de políticas de confrontação, em

detrimento da cooperação. Reforça a tendência do protecionismo, presente, em especial, na aplicação de barreiras não-tarifárias às exportações de outros países. Como no caso – é apenas um dos exemplos – da controvertida cláusula “compre América” do Plano de Estímulo à Economia do governo americano. A cláusula afeta os termos do comércio mundial. Suscita protestos. Proíbe a compra de ferro e aço estrangeiros, inclusive do Brasil, um dos maiores exportadores desses produtos, para projetos financiados pelo plano. O protecionismo tende a motivar retaliações e escaramuças comerciais. A crise corrompe as regras

e princípios que deveriam orientar uma economia globalizada.

A disposição política de setores governamentais em alguns países, influenciada pela cultura e pela história, por sentimentos herdados da era colonial, é outro fator potencial de instabilidade. Na verdade, esses setores, em países como a China e a Índia,

nunca se sentiram parte consciente de uma ordem criada e controlada pelo Ocidente. Entendem, no fundo, que as articulações da atual ordem mundial foram engendradas pelo Ocidente: elas servem aos interesses do Ocidente.¹⁹ Ciosos de que o país caminha para ser grande potência, rebatem concessões suspeitas de embaraçarem esse caminho: a crise, no fim de contas, é produto dos desatinos e da ganância dos poderosos.

Como a outra face da moeda, a preservação a qualquer preço da posição proeminente que ocupam na ordem estabelecida tempera a postura política das potências

A crise corrompe as regras e princípios que deveriam orientar uma economia globalizada



A crise, no fim de contas, é produto dos desatinos e da ganância dos poderosos

tradicionais. Diante dos riscos trazidos pela crise, a postura pode assumir tom mais exacerbado e intransigente, alimentar tensões, aprofundar a instabilidade. Sem deixarem de proclamar a precedência, em especial em um tempo de crise, da cooperação e da dependência entre as nações, os países ricos se negam a abrir mão das prerrogativas de que desfrutam. Admitem, em princípio, a criação de uma ordem mais abrangente, mais igualitária, desde que ela não comprometa e, muito menos, leve à erosão da própria supremacia.

A tendência à instabilidade tem apoio nos egoísmos nacionais latentes no sistema internacional. Nem sempre – como a história nos mostra – ele é capaz de assimilar harmoniosamente, sem conflitos, as potências em ascensão. Elas reivindicam maior influência na ordem mundial. As potências dominantes procuram esvaziar tal pretensão. Isso, quando a atuação das potências em ascensão já não perturba o equilíbrio, já não constitui um desafio aos beneficiários do sistema, ou, como no caso da Alemanha e do Japão, no século passado, não se processa pela força.

São muitos os exemplos na história desse tipo de impasse em que as potências dominantes e as emergentes se confrontam. A começar por aquele observado por Tucídides na Grécia Antiga, na sua *História da Guerra do Peloponeso*. Ainda que os dois lados alegassem outras causas, o poder ascendente de Atenas e o temor com que era percebido por Esparta – asseguramos o historiador – foi a verdadeira causa, embora não confessada, que impeliu esta última à guerra.²⁰

Passando ao século XX, outro exemplo é o do efeito perturbador da unificação e da industrialização alemãs. Ele altera o equilíbrio de poder europeu, estimula o desenvolvimento das tensões entre a Alemanha e, do outro lado, o Reino Unido e a França,

cimenta o caminho para a Primeira Guerra Mundial. Ou o do expansionismo imperial japonês, impulsionado pela busca de matérias-primas e da hegemonia na Ásia, culminando com a guerra com os Estados Unidos e aliados.

Tendo de apontar um país que, na atualidade, aparente ser um forte candidato a ter esse papel perturbador, esse país seria a China. Vale a pena dedicar umas poucas linhas a essa possibilidade. A China é a terceira maior economia do planeta, superada apenas pelos Estados Unidos e Japão. Tem 1,3 bilhão de habitantes – um em cada cinco do planeta –, e o tamanho da sua economia é cerca de metade da americana; mas, em pouco menos de três décadas, considerando-se o ritmo de crescimento das duas economias, abstraindo-se a eventualidade de surpresas trazidas pela crise, as duas deverão ter quase o mesmo tamanho. A posição da China se fortalece, enquanto a dos Estados Unidos tende a um recuo relativo. Essa perspectiva dá confiança à China – confiança que pode transformar-se em uma postura incisiva e, no limite, desafiadora.

Contra esse ponto de vista costuma-se argumentar que as duas economias dependem igualmente uma da outra. Estão interligadas. Tanto para os Estados Unidos como para a China a ruptura não seria vantajosa. A China não se arriscaria à perda do mercado americano para suas exportações. Os Estados Unidos não poderiam prescindir – em especial neste momento de crise – do papel da China, com suas enormes reservas em dólar, no financiamento do crescente déficit fiscal proveniente dos estímulos financeiros destinados à recuperação da economia americana.

Mas para o vencedor do Prêmio Nobel em Economia de 2001, Joseph Stiglitz, com a crise, essa pode não ser mais a realidade. A importância da dependência entre as

duas economias não é a mesma de um e de outro lado. A dependência esconde uma assimetria de alternativas econômicas possíveis: “A China tem duas maneiras de manter a sua economia crescendo. Uma delas é financiar o consumidor americano [que compra seus artigos de exportação]. A outra é financiar seus próprios cidadãos, cada vez mais capazes de consumir em níveis suficientes para estimular o crescimento econômico na China. Eles têm opções; nós, não. Não há realmente outro país que possa financiar o deficit americano”.²¹

Pode-se esperar que a China continue – é de seu interesse – subsidiando o consumo americano. No entanto, se, com o avançar da crise, isso vier a se mostrar ineficaz ou improdutivo, ela pode muito bem passar a concentrar-se no financiamento da própria economia. Não seria outra, é natural, a prioridade da liderança chinesa. A cumplicidade entre as duas economias se romperia. A ruptura viria embaçar – é certo – as relações entre os dois países, desbotando os traços de tolerância e moderação que a dependência entre as duas economias propiciava, dando maior liberdade de ação política à China no cenário internacional.

CONCLUSÃO

Muito mais do que um simples atropelo ou acidente no funcionamento da economia mundial, a crise é sintoma de um mundo em transição. Transição que deve desaguar em uma nova configuração do cenário político e econômico internacional.

Procurei trabalhar, neste ensaio, com tendências e possibilidades, e não com uma

visão inabalável do futuro que, na verdade, só os incautos ou temerários se julgam capazes de prever. Se os economistas e cientistas políticos em quem me apoiei estiverem certos quanto à apuração dessas tendências, o cenário a se configurar na esteira da crise já não seria, como adianta Paul Kennedy, o da Pax Americana.

Ele comportaria dois aspectos mais significativos. O primeiro se refere ao declínio relativo do poder político e econômico dos Estados Unidos no mundo; o segundo, correlacionado com o primeiro, à confirmação da ascensão de países emergentes, em particular os Bric, e entre eles a China, possivelmente a Índia, a uma posição de

compartilhamento do poder com os grandes centros mundiais (a não ser, é claro, considerando-se uma hipótese extrema, que a crise venha a assumir proporções tão devastadoras que mergulhem esses países no caos político e econômico).

A estabilização desse cenário, porém,

não é para hoje nem amanhã. Pode levar dois, cinco, dez anos. Nem mesmo se pode garantir que se estabilizará... É concebível que, nesse período, o mundo se torne mais instável e inseguro. Não é nada impossível uma competição econômica mais acirrada, novos alinhamentos estratégicos, o agravamento dos velhos ou o surgimento de novos antagonismos políticos. O período pode tornar-se ainda mais delicado em função do impacto econômico e social da crise na vida política e na governabilidade das nações.

Diante desse quadro, que põe em xeque as condições e o próprio contexto da segurança internacional, talvez a questão mais

**Não é nada impossível uma
competição econômica
mais acirrada, novos
alinhamentos estratégicos,
o agravamento dos velhos
ou o surgimento de novos
antagonismos políticos**

importante seja aquela relativa ao comportamento das nações, ou seja, à maneira pela qual vão exercer o poder nesse período.

Nesse caso, não se pode deixar de destacar o papel dos Estados Unidos. A compreensão de que a mudança é inevitável, a aceitação de um sistema de poder multipolar e a administração judiciosa de seu poder político e militar seriam componentes fundamentais de uma indispensável contribuição à estabilidade mundial.

Outra contribuição relevante é a dos países emergentes. À ascensão econômica deve corresponder maior participação desses países nas questões de alcance mundial. Essa participação exigiria uma reforma do sistema mundial de governança e o reconhecimento do G-20, ampliação do G-7, reunindo as economias mais importantes do mundo, como o fórum apropriado para as decisões globais.

O Brasil não ficará imune – como já não está – aos danos econômicos e sociais da crise. Mas dispõe de certos trunfos que devem permitir-lhe sair da crise em condições

relativamente melhores que as de outros países. Nessa ocasião, a preponderância de uma economia financeira especulativa deve ceder lugar ao dinamismo das economias reais. O Brasil é um importante produtor de alimentos em um planeta acuado pela fome. É detentor de um importante mercado interno, de vastos recursos naturais, de um respeitável potencial de geração de energias renováveis, de água em abundância – van-

tagens que, em um mundo perturbado, além da crise financeira, pela crise ambiental, têm elevado valor estratégico.

Também não se deve supor – a cobiça de seus recursos naturais pode ser até um dos

motivos – que o Brasil possa estar livre dos sobressaltos e pressões de um mundo movido e imprevisível. Não se pode prever, neste momento, a gravidade e a natureza das ameaças a que poderá estar sujeito; mas, por outro lado, seria imprudente presumir-se que não possa deparar-se com iniciativas externas mais agressivas ou hostis, que ponham em risco seus interesses e aspirações.

Não se deve supor que o Brasil possa estar livre dos sobressaltos e pressões de um mundo movido e imprevisível

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<POLÍTICA>; Geopolítica; Economia; Crise;

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. “Que ano!”, *O Globo*, 31/12/2008.
2. “O pior da crise ainda está por vir”, *O Globo*, 02/01/2009.
3. “Banco Mundial e FMI vêem aumento da pobreza”, *O Globo*, 13/10/2008.
4. *Ibid.*
5. “OIT alerta que crise vai agravar desigualdades”, *O Globo*, 17/10/2008.
6. Como nos informa o cientista político, autor de um livro, *The post-american world*, que é *best-seller* nos Estados Unidos, Fareed Zakaria: “Entre 1854 e 1919, a economia americana sofreu uma contração de 49 em 49 meses, em média. Nas duas últimas décadas, ocorreram contrações de 100 em 100 meses.” – “The age of Bloomberg”, *Newsweek*, 13/10/2008.
7. As denominações “pessimista” e “otimista” são propostas e comentadas pelo economista André Lahoz, em “A nova cara do mercado”, *Exame CEO*, dezembro de 2008.
8. *Ibid.*
9. De acordo com um relatório divulgado pelo FMI em fins de janeiro, em 2009 o PIB mundial terá um crescimento de 0,5%, o PIB dos países ricos um declínio de 2,0% e o dos países emergentes uma alta de 3,3% – “Mundo crescerá este ano 0,5%, menor taxa desde o pós-Guerra, segundo FMI”, *O Globo*, 29/01/2009.
10. “Emergentes vão liderar expansão global por três anos, diz economista”, *O Globo*, 07/01/2009; “Depois do Bric, o N11” – *Exame CEO*, dezembro de 2008; “Por que não desconsiderar os Brics”, *Folha de São Paulo*, 11/01/2009.
11. “De volta ao império da razão”, *Exame CEO*, dezembro de 2008.
12. *Ibid.*
13. “Bilhões de empreendedores”, *Exame CEO*, dezembro de 2008.
14. *Ibid.*
15. “A Roma de nossos tempos”, *Exame CEO*, dezembro de 2008.
16. “O fim da húbri”, *The Economist*, licenciado para *Carta Capital*, Dezembro 2008/Janeiro 2009.
17. “Novas peças no jogo do poder mundial”, *O Globo*, 01/11/2008.
18. “Os EUA perderam o poder de sedução com Bush”, *O Globo*, 06/12/2008.
19. É esse, por exemplo, o ponto de vista de um alto funcionário do governo chinês, Jiang Yong, citado pelo cientista político Maxin Pei em “Out into the world”, *Newsweek – Special Edition/Issues 2009*, Dezembro 2008/Fevereiro 2009.
20. Tucídides – *Histoire de la guerre du Péloponnèse*, v.1, p.43. Paris: Garnier-Flammarion, 1966, 2v.
21. Citado por Fareed Zakaria em “A path out of the woods”, *Newsweek*, 01/12/2008.

Av. Alfred Agache, s/nº – Centro.
Aberto de terça a domingo, de 12h às 17h.
Entrada franca.



Lutei na 2ª Guerra, e hoje dou testemunho da participação do Brasil

Eu sempre gostei de aventuras. Singrar os mares foi o meu destino. Participei de acontecimentos históricos. Estive em ambientes hostis, onde realizei várias missões – de apoio no transporte de tropas e patrulhamento em zona de guerra; também participei de comboios. Tive uma vida repleta de emoções.

Sou um imigrante, mas hoje posso dizer que sou brasileiro. Era um garoto quando cheguei no Brasil, e aqui ajudei a fazer a história desse imenso país em mares distantes. Eu era da Marinha americana, mas em agosto de 1944 vim transferido para a Marinha do Brasil, e com ela lutei na Segunda Guerra Mundial. Quando terminou o conflito, fui trabalhar na Flotilha de Contratorpedeiros, depois no Esquadrão de Avisos Oceânicos, onde continuei a cumprir importantes e diversificadas missões.

O tempo passou, foram 40 anos de atividade. Naveguei 295.405 milhas, 1.423 dias de mar. Mas me sinto ainda jovem, com muito por fazer. Por isso decidi não parar. Claro, tive que me adaptar aos novos tempos, fazer algumas mudanças.

Como bom marinheiro, gosto de contar histórias. E esta é a minha atividade hoje. Dou testemunho da contribuição brasileira à vitória dos Aliados. Se você quiser saber mais sobre mim e daquele que foi um dos mais importantes eventos do século XX, venha me visitar. Estou atracado no Espaço Cultural, esperando por você.



**Navio-Museu Bauru – uma Exposição Permanente sobre a
participação da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial.**